

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.803 - PR (2019/0147765-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - PR042761
AGRAVADO : IVO CAMILLO
AGRAVADO : SINVAL FRANCISCO DA SILVA
AGRAVADO : JERONIMO DZIWULSKI
AGRAVADO : TARCISIO ESSER
AGRAVADO : MEQUELINA CHECULIAR MUDREI
AGRAVADO : LUCINDA SENEM TILL
AGRAVADO : NILSA SENEM TILL FLORA
ADVOGADOS : DOUGLAS RENATO BRZEZINSKI - PR022650
ANTONIO SAONETTI E OUTRO(S) - PR034967

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por BANCO DO BRASIL S/A em face da decisão de fls. 352/353, proferida pelo Ministro Presidente do STJ, que não conheceu do seu agravo.

O agravante sustenta que a tempestividade do recurso especial foi devidamente comprovada no ato de sua interposição, com a indicação e apresentação do Decreto Judiciário do Tribunal de origem à fl. 312 (documento idôneo) de que não houve expediente forense nos dias 31.5.2018 e 1.6.2018.

À vista dos fundamentos expostos, reconsidero a decisão ora agravada e passo à análise do agravo.

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL S/A contra decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado na alínea "a" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado em face de acórdão proferido pela Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 244):

APELAÇÃO CÍVEL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (APADECO) - LEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO - INOCORRÊNCIA - RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, DESPROVIDO.

Os embargos de declaração foram rejeitados sob a seguinte ementa (fl. 303):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE JUROS REMUNERATÓRIOS NÃO ABARCADOS POR SENTENÇA ORIUNDA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - TEMÁTICA QUE DESBORDA DO TEMA DECIDIDO PELO E. STJ EM REGIME DE RECURSO REPETITIVO - INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE - ERRO MATERIAL CORRIGIDO *EX OFFICIO* - RECURSO REJEITADO.

Alega-se, no especial, ofensa ao artigo 178, § 10, inciso III, do Código Civil de 1916 e 206, § 3º, III, do Código Civil de 2002, defendendo a prescrição quinquenal dos juros remuneratórios incidentes sobre diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança decorrentes de expurgos inflacionários.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A jurisprudência desta Corte já decidiu que, nas pretensões que envolvam juros remuneratórios sobre diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança, não incide o prazo quinquenal do art. 178, § 10, III, do Código Civil de 1916, uma vez que se discute o próprio crédito e não os seus acessórios.

Confirmam-se, a propósito, os seguintes precedentes:

DIREITO ECONÔMICO. DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CADERNETAS DE POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SUSPENSÃO. DESCABIMENTO. CONTROVÉRSIA DO ESPECIAL DIVERSA DA REPERCUSSÃO GERAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. REPOSIÇÃO DO PODER AQUISITIVO DO CAPITAL. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. MULTA. CABIMENTO. ART. 557, § 2º, DO CPC.

1. O recorrente busca o reconhecimento não só de sua ilegitimidade passiva para atuar no polo passivo da demanda mas também o da prescrição da pretensão autoral, controvérsias essas que não se encontram atingidas pela suspensão decorrente da repercussão geral

assinalada nos RREE 591.797/SP e 626.307/SP.

2. No pertinente à prescrição da pretensão autoral, o agravante defende a tese de que, na espécie, incidiria o prazo quinquenal do art. 178, § 10º, III, do CC de 1916, ao argumento de que a correção monetária equipara-se a juros, o que a classifica como prestação acessória.

3. A correção monetária destina-se a manter a equivalência do poder aquisitivo que o capital tinha em determinada data pretérita e que se vê reduzido em razão da inflação. Dessarte, a atualização monetária não remunera, sua função é repor o valor da moeda que se viu corroído pela inflação, a fim de que o capital de hoje seja economicamente igual (entenda-se: a referência não concerne ao número representativo do saldo, mas sim ao seu efetivo valor) ao capital de há trinta dias.

4. Logo, ao se falar de correção monetária fala-se do próprio capital, o qual, de forma alguma, pode ser acessório de si mesmo.

Por isso que os debates trazidos ao Judiciário respeitam a questões nomeadas "expurgos inflacionários", "correção monetária com base no IPC", "atualização monetária com base na variação do BTN fiscal".

5. "A orientação de prescrição vintenária aplica-se às ações individuais relativas a todos os Planos Econômicos em causa, visto que a natureza jurídica do depósito e da pretensão indenizatória é neles, no essencial, a mesma, valendo, pois, a regra "ubi eadem ratio ibi eadem dispositio". O disposto no art. 178, § 10, III, do Código Civil revogado diz respeito à prescrição de juros e outras verbas acessórias, cobradas autonomamente e não conjuntamente com o principal e sobre ele incidentes. A parte correspondente à correção monetária não creditada, objeto do litígio, visa, apenas, a manter a integridade do capital, não se tratando de parcela acessória, e os juros, incidentes sobre o principal não pago, no caso, recebem idêntico tratamento." (REsp 1.107.201/DF, Segunda Seção, Rel.

Ministro Sidnei Benetti, julgado pela sistemática do art. 543-C do CPC, DJe 6/5/2011)

6. Com referência ao consignado nesse repetitivo quanto ao juros ("e os juros, incidentes sobre o principal não pago, no caso, recebem idêntico tratamento"), registra-se, a título de obter dictum, em face da importância que o tema exige, que os juros remuneratórios das cadernetas de poupança, dado incidirem de forma capitalizada, integrando-se mês a mês ao capital, têm desnaturada a presunção de

sua natureza acessória, cabendo também a eles o mesmo raciocínio conferido à correção monetária, e portanto, igualmente submetidos ao prazo prescricional vintenário.

7. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa.

(AgRg no Ag 1245775/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 10.4.2012);

DIREITO ECONÔMICO E PROCESSUAL CIVIL. PLANO VERÃO. CADERNETA DE POUPANÇA. LEI Nº 7.730/89. INAPLICABILIDADE. PRESCRIÇÃO.

I - Inaplicável a Lei 7.730/89 às cadernetas de poupança com período mensal iniciado ou renovado até 15 de janeiro de 1989, devendo incidir o IPC, no percentual de 42,72%. A referida lei, entretanto, incide sobre as contas com data de aniversário posterior, ou seja, a partir da segunda quinzena daquele mês.

II - Aos juros remuneratórios incidentes sobre diferenças de expurgos inflacionários em caderneta de poupança não se aplica o prazo prescricional do artigo 178, § 10, III, do Código Civil de 1916.

Agravo provido em parte.

(AgRg no REsp 471.786/SP, Rel. Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, DJ 24.4.2006);

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. POUPANÇA. PRESCRIÇÃO DOS JUROS. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A presente controvérsia não se enquadra naquelas hipóteses em que o sobrestamento se impõe, pois versa apenas sobre questão processual, qual seja a prescrição dos juros nas obrigações oriundas do pagamento de expurgos inflacionários relativos à edição de planos econômicos, fora, portanto, das hipóteses de suspensão de que tratam os Recursos Extraordinários n. 591.797/SP e 626.307/SP, de Relatoria do eminente Ministro Dias Toffoli.

2. Esta Corte Superior adota a incidência da prescrição vintenária para buscar-se a diferença remuneratória dos saldos de poupança atingidos pelos expurgos inflacionários decorrentes do advento de planos econômicos, bem como para a aferição dos juros remuneratórios, não havendo razão, portanto, para alterar-se a decisão primeva. Incidência da Súmula 83/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1306354/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 17.9.2015).

Estando o acórdão recorrido em sintonia com a jurisprudência desta Corte, incide o enunciado n. 83 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora